Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, que seja extinto o grupo de trabalho Joint Project Team (JPT) criado pela portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), de 28 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, com efeitos desde 2 de Janeiro de 2009.

19 de Janeiro de 2009. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Instituto de Informática

Aviso n.º 4422/2009

Por despacho de 30 de Janeiro de 2009, do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, foi dada por finda a situação de licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro a Rosa da Conceição Elias da Silva, assistente técnica deste Instituto e autorizado o regresso ao serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

18 de Fevereiro de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira*.

Aviso n.º 4423/2009

Por despacho de 29 de Janeiro de 2009, do Director-Geral do Instituto de Informática, os licenciados Hussnubanu Alibhai Ribeiro e Pedro Miguel Domingues dos Santos, técnicos superiores de 2.ª classe, do Instituto de Informática, promovidos precedendo concurso, a técnicos superiores de 1.ª classe do mesmo Instituto. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

18 de Fevereiro de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira*.

Aviso n.º 4424/2009

Por despacho de 05.02.2009 do Director-Geral do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, foi o licenciado Hugo Miguel Dias Leitão, especialista de informática do grau 2 nível 1 deste Instituto, nomeado em regime de substituição, ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o cargo de Direcção Intermédia do 2.º Grau, Chefe de Divisão de Sistemas, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2009.

18 de Fevereiro de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira*.

Síntese Curricular

Dados Pessoais

Nome: Hugo Miguel Dias Leitão

Dados Biográficos

Data de Nascimento: 5 de Fevereiro de 1976;

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: S. Jorge de Arroios, Lisboa;

Nacionalidade: Portuguesa

Situação Militar: Reserva Territorial em 1/12/1999

Experiência Profissional

Desde meados de 1998 até início de 1999, foi-me concedido um Estágio Curricular de 6 meses na Caixa Geral de Depósitos, edifício central na Av. João XXI, mais concretamente no Núcleo de Informática Departamental da Direcção de Sistemas de Pagamento (DSP).

Entre Fevereiro de 1999 e Setembro de 2000, desempenhei em regime de contrato de avença, funções de responsável pela área Informática no Instituto da Comunicação Social, da Secretária de Estado da Comunicação Social, sedado no Palácio Foz.

Em Setembro de 2000, entrada para os quadros da função pública do Instituto de Informática, do Ministério das Finanças, através de concurso público.

Actualmente a desempenhar funções de Especialista de Informática Grau 2 Nível 1, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

Formação Académica

Grau de Licenciatura em Informática, pelo Departamento de Informática (D. I.) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 311/2009

Considerando as atribuições e competências do extinto Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), a que sucedeu o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), enumeradas no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 76/2003, de 19 de Abril, que adopta as medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiforme bovina no domínio da alimentação animal, nomeadamente, contratar e custear as operações de recolha e transporte de cadáveres de animais mortos recolhidos e concentrados pela ACOS na unidade intermédia (SIRCA — Ovinos e Caprinos);

Considerando que, na sequência do concurso público para prestação dos serviços descritos, foi celebrado um contrato com o consórcio Luís Leal e ITS, com efeito de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007, e possibilidade de renovação da prestação durante dois anos, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho;

Considerando que, através da Portaria n.º 1084/2006, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 11 de Julho de 2006, foi autorizada a repartição de encargos relativos ao contrato a celebrar com a entidade a quem viesse a ser adjudicado o citado concurso público;

Considerando que as quantidades e os custos estimados para o referido contrato irão ser ultrapassados, mostra-se necessário efectuar uma alteração aos montantes inscritos na referida portaria para os anos de 2008 e 2009.

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), autorizado a alterar a repartição de encargos, relativos ao contrato celebrado com o consórcio Luís Leal e ITS, no âmbito do concurso supracitado, da seguinte forma, e a cujos montantes acrescerá o IVA à taxa legal que vigorar:

2008 — € 826 364,04;

2009 — € 350 715.

Artigo 2.º

O IFAP, I. P., fica autorizado, se tal se mostrar necessário, a transferir os eventuais saldos para o ano seguinte.

16 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

Portaria n.º 312/2009

Considerando que o montante dos encargos relativos à aquisição de serviços de recepção, vigilância e segurança, por parte do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a serem prestados nos edifícios da Rua de Castilho, 45/51, 36 e 201, da Rua de Fernando Curado Ribeiro, 4A-4G, da Rua de Vasco da Gama, 7, Prior Velho, da Rua de Cipriano Dourado, 14-B, e da Avenida de 5 de Outubro, 85, se repartem por mais de um ano económico, torna-se necessário proceder à publicação da competente portaria conjunta do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para efeitos de extensão do respectivo encargo, de acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, e artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.